

Irregularidades no PBM podem levar à cassação do registro

A Justiça Eleitoral pode cassar o registro provisório da Comissão Executiva Regional do Partido Brasileiro de Mulheres, caso venham a se confirmar as denúncias de irregularidades apontadas por três ex-integrantes da direção da legenda em Brasília. Geusa Santana da Silva, Ieda de Melo Martins e Zulmira Tino entraram com representação no Tribunal Regional Eleitoral, no último dia 3, alegando que houve adulterações na ata de constituição da Executiva, assim como a falsificação de assinaturas. A principal acusada é a presidente da legenda, Moema Maria Almeida Andrade.

O juiz relator do caso, Fernando Neves da Silva, deve encaminhar a questão ao Ministério Público, na hipótese de concluir que a mesma tem procedência. Ao Ministério caberá oferecer a "denúncia de plano", baseada somente na documentação apresentada, ou ainda solicitar a instauração de inquérito policial. O advogado Erasto Villa-Verde de Carvalho, responsável pelo encaminhamento da representação, acredita que a tendência é prevalecer esta última hipótese.

COLIGAÇÃO

O documento protocolado no TRE especifica que a coligação com o Partido Trabalhista Renovador (PTR) e a aliança de partidos que dão sustentação à candidatura do ex-governador Joaquim Roriz foi promovido pela presidenta do PBM "em desacordo com as normas estatutárias" do partido. No entendimento das

autoras da representação, a coligação estava impossibilitada pela inexistência da Comissão Executiva, ainda não inscrita na Justiça Eleitoral na data em que ela foi formalizada.

Moema Andrade se diz tranquila quanto às queixas das ex-companheiras de partido, destituídas de seus cargos há um mês. Por iniciativa da Executiva Nacional, por estarem em desacordo com as normas do partido. Acredita também que as três pretendem "tumultuar", ao mesmo tempo em que nega qualquer falsificação de assinaturas.

O apoio à candidatura Roriz, segundo Moema, também foi formalizado em acatamento à tendência registrada na direção nacional. A presidenta do Partido Brasileiro de Mulheres não explica o que motivou a destituição de Geusa Santana da Silva, Ieda Martins e Zulmira Timo, excluídas da Executiva "por assuntos internos do partido". "Não houve nenhuma arbitrariedade, nem da comissão regional, nem da nacional", observa. A comissão Executiva Regional do PBM foi formalizada em Brasília no dia 9 de fevereiro deste ano.

Partido é aberto aos homens

Criado em São Paulo por um grupo de mulheres, em 28 de janeiro deste ano, o Partido Brasileiro de Mulheres está aberto à participação masculina, nos 14 estados onde possui representação provisória. "O partido não é feminista nem possui ideologia", afirma a presidente regional em Brasília, Moema Andrade.

Recém-nascido ao lado de dezenas de micropartidos, o PBM brasiliense já sonha com a ambiciosa meta de eleger pelos menos três das cinco candidatas a deputada-districtal, além da única candidata a deputada federal. Moema Andrade explica que não houve tempo hábil para o trabalho de adesão masculina, uma vez que o prazo para filiação foi encerrado no dia 3 de abril, quatro dias após o registro provisório da sigla.

O PBM de Brasília tem como plataforma "resgatar a cidadania da mulher brasilei-

ra", através de trabalho conjunto realizado pelo partido nos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e no Distrito Federal. Embora o lema não explique muita coisa, há outras propostas na área de educação integral, da preservação da qualidade de vida, da industrialização do DF, e da reorganização dos assentamentos.

Alguns desses pontos estão previstos no programa do PTR, partido ao qual está filiado o ex-governador Joaquim Roriz. A presidenta do PBM não entra nesses detalhes. Observa apenas que as eleições de 3 de outubro serão decisivas para o partido, que já se considera modelo por ser o único existente no mundo. Moema Andrade diz que vários contatos com mulheres de outros países já estão sendo mantidos com o objetivo de criar integração.